

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.252 - MT (2019/0250967-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : RENATE ANNA WELLMANN DA RIVA - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : ARIOSTO DA RIVA NETO - INVENTARIANTE  
**ADVOGADOS** : SANDRO NASSER SICUTO - MT005126A  
ALANA GABI SICUTO - MT0184500  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão hostilizada não conheceu do agravo em recurso especial por entender que não foram impugnados os fundamentos da não admissão do apelo excepcional (incidência da Súmula 7/STJ tanto no que se refere ao tema do cerceamento de defesa como no do nexo de causalidade).

2. Em que pese as razões do presente agravo, é de ser mantida a decisão agravada, tendo em vista o entendimento firmado pela Corte Especial no julgamento dos EAREsp 701.404/SC (Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 30/11/2018), segundo o qual todos os fundamentos lançados no juízo de admissibilidade devem ser objetivamente impugnados pela parte agravante.

3. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator